

COMITÊ DO FUNDO DE TRANSIÇÃO - PROGRAMA ARPA

Ata da 2ª Reunião Extraordinária do Comitê do Fundo de Transição

| | |
|--|--|
| Data: 10 de fevereiro de 2015 | Local: Ministério do Meio Ambiente - Esplanada dos Ministérios - Bloco B - 5º andar -Sala Multimídia. (Brasília/DF) |
| Horário: 9:30 hs até 18hs | |
| Número total de participantes: 24 Número de membros institucionais: 05 Número de membros corporativos: 01 Número de membros individuais: 01 Consultor Intrínseco: 01 Número de outros participantes (secretaria e observadores): 16 Listagem completa de participantes: em anexo Presidente da reunião: Antonio Paulo de Azevedo Sodré | |
| Pauta do dia: <ol style="list-style-type: none">1. Introdução: Boas vindas, aprovação dos novos membros (GEF e Anglo), encaminhamentos e deliberações da última reunião, aprovação dos itens da agenda.2. Revisão da Política de investimentos3. Apresentação Pragma - Gestão de Ativos4. Atualização sobre financiamento do GEF5. Resultados da Missão de Avaliação - ARPA II6. Atualização sobre execução do primeiro desembolso7. Fundraising (empresas e BNDES)8. Atualização sobre Estados (Fundos de Compensação Ambiental e ARPA Fase III)9. Atualização sobre Condições de Desembolso10. Alterações do Regimento Interno – (highlights) e cronograma para adequações do MOP11. Encerramento e confirmação das datas das próximas reuniões do CFT | |

Anotadas as presenças de 05 membros institucionais do Comitê do Fundo de Transição (CFT), de 01 membro indivíduo e de Rosa Lemos, Secretária Geral do Fundo Brasileiro para a

MS
del
Rosa
Lemos

CA
Rosa
Lemos

MS
del
Rosa
Lemos

Biodiversidade – Funbio, instituição encarregada de exercer as funções de Secretaria Executiva do CFT, o Presidente do Comitê do Fundo de Transição (CFT), Antonio Paulo de Azevedo Sodré preside a reunião e convida Flávia Neviani para secretariá-la. O Presidente dá início aos trabalhos às 9:45 h da manhã, declara aberta a reunião e solicita aos presentes, membros do CFT e observadores que façam suas apresentações.

I. Item 1 da pauta aprovada: Aprovação dos itens da agenda

Aprovados os itens propostos para a pauta, o Presidente Paulo Sodré pede a inversão da ordem da Pauta para iniciar com a apresentação da Pragma.

II. Item 3 da pauta aprovada: Apresentação Pragma - Gestão de Ativos

Representando a Pragma Gestão de Patrimônio Ltda., Luiz Felipe Andrade e Marta Zaidan iniciam sua apresentação explicando aos presentes que a Pragma é uma empresa alocadora que faz gestão patrimonial e aconselhamento financeiro para pouquíssimas famílias e alguns *endowments*, sempre associados a questões filantrópicas voltados à gestão de longo prazo e preservação de patrimônio. Não é um Asset Management pois não possui fundos próprios. A Pragma só faz a alocação de recursos e a remuneração é feita pelo cliente, não havendo rebates de recursos de fundos que administram entre seus sócios o que afasta a possibilidade de conflito de interesse. Possui como modelo de negócio estar muito próximo dos clientes. Não há objetivo de expansão de clientela. Optou por uma gestão cada vez mais sênior e a gestão do patrimônio está cada vez mais complexa. Hoje há 36 pessoas na Pragma. A empresa é referência no mercado pela capacidade técnica e pelo modelo gerencial. As pessoas costumam conhecer a Pragma pelo histórico de Family Office. A Pragma foi primeiro originalmente constituída como Janos. Um de seus grandes diferenciais é a capacidade de co-investir (investimento via terceiros), ou seja, delega a gestão de ativos a vários *asset managements* no mundo inteiro. Possui capacidade de Alocação Global. Um grupo de gestão dentro do Family Office (origem do Family Office são os três sócios fundadores da Natura) em 2007 identificou que o modelo de *single* era pouco para atender suas necessidades. Era necessária maior institucionalização e abertura a novas famílias. O time de investimento saiu do Family Office e criou a Pragma que abriu para outras famílias e para atender novos *endowments* e as fundações que eles já possuíam. A Pragma optou atualmente por ter poucos gestores bastante especializados com parcerias de longo prazo e co-investir com estes gestores. Atualmente, possui excelente relacionamento com gestores de *endowments* pelo mundo. Estão montando um portfólio de *private equity* na Asia. A Pragma se submete à *due diligence* operacional (DDO) pela Albourne e Aksia e também faz *due diligence* dos investimentos nos gestores. Luiz Felipe, em seguida, apresenta a análise da dispersão de gestores em diversas classes de ativos. O quadro de dispersão de resultados de gestores por classe, demonstra que a dispersão em renda fixa é pequena, o que não exige grandes esforços de seleção, sendo o custo, o principal critério de escolha. Já em gestores de *private equity*, *real estate*, *Venture Capital* e etc, a

Handwritten notes and signatures:

- Top left: A checkmark and the initials "MF".
- Top right: "SA 2" and "res AC".
- Bottom center: "US".
- Bottom right: "10/6" and "JS".

dispersão entre o retorno do melhor e do pior gestor é bem mais elevada. Isso exige um maior esforço de análise e muitas vezes em taxas administrativas mais altas. A Pragma realiza a alocação dos investimentos com incorporação de princípios do ESG (Environment, Social and Governance Issues) principalmente levando-se em consideração que são investimentos de longo prazo. Explica que na Agenda ESG, a avaliação dos gestores incorpora critérios de sustentabilidade no seu processo de investimento. Ou seja, favorece quem incorpora e investe em ESG. Um bom gestor em termos de ESG é o londrino *Generation*. Por outro lado, montar um portfólio apenas em "green industries" tornaria o investimento muito restrito e pouco diversificado. Sendo assim, critérios de alocação dos investimentos em setores industriais são associados às questões de sustentabilidade em geral. Luiz Felipe apresenta então, a consolidação das posições do Fundo de Transição. Atualmente, há três pools de recursos que entraram sob o FT. O FAP – o primeiro fundo local, o FAP off- recurso do WWF no exterior, e o GEF-duas carteiras mais antigas. O valor total da alocação em dezembro 2014 era de aproximadamente cento e oitenta e oito milhões de reais. Adriana pergunta qual é o valor do FAP nessa alocação e o que é recurso novo no FT para que possa informar ao GEF qual a capitalização do FAP. Para isso, é preciso destacar o que houve de capitalização após a sua conversão para FT. O Funbio destacou que ao longo de 2014, houve doações do WWF, da Fundação MAC e da Anglo American que já estão na Pragma totalizando em dez/2014, R\$25.458.450,00. Quanto a carteira do KfW, iniciada em 2012, o total somava R\$65.296.237,00 em dezembro de 2014. Luiz Felipe explica que os resultados dos fundos são diferentes. Há 02 fundos que começaram em tempos diferentes. O FAP local iniciou sua gestão pela Pragma em 2009. Iniciou-se com um mandato muito conservador, tendo apenas 7% na renda variável. Tem sido cumprido em média o IPCA de 3% ao ano. O portfólio que está alocado internacionalmente está com um retorno um pouco abaixo, mas possui um período menor do que o FAP pois começou em 2013. Paulo pergunta se estão incluídas as despesas e os impostos. Pragma explica que sim pois as classes estão no come cotas, menos na classe de renda variável. Luiz Felipe ressalta que há melhor retorno com investimentos feitos em paraísos fiscais. Segundo ele, Cayman hoje para a CVM é uma praça aceitável. Sugere que o CFT reflita sobre essa alternativa pois o retorno do investimento neste paraíso fiscal é bem melhor e a restrição do Funbio não permite beneficiar-se dela. Roberto Cavalcanti é contrário a este tipo de investimento dizendo que o que tem que ser explicado no governo, está perdido. Roger afirma que um asset management internacional poderá dar aconselhamentos para o pagamento de menos impostos. Rosa informa que o KfW está pagando uma consultoria tributária para a questão dos impostos e possibilidades de isenção. Sergio Collaço informa que o momento é muito difícil e antagônico para solicitações de isenção e que o Funbio não estaria sozinho. Segundo ele, muitas instituições pediriam também e uma solução intermediária que tem sido negociada com o KfW é o governo aumentar sua contrapartida no programa para compensar o peso dos impostos. Roger conclui que é uma questão para o *asset management* internacional. Luiz Felipe continua apresentando o FAP internacional. Explica que renda fixa de curto prazo no exterior não rende nada. O mandato atual do fundo é extremamente conservador. Rosa ressalta e pede registro em Ata que este investimento conservador é decorrente de posicionamento acordado com os doadores. A nova política, definida

MS
11/12/14
3
RS AC
LS

pelo CFT, altera o percentual de aplicação em renda variável, passando para valores entre 50 e 80% para os recursos externos. Esta não é uma decisão do Funbio e se houver perda, ressalta que o Funbio estará apenas seguindo o mandato. O Funbio não apoia o investimento lá fora, pois há um risco cambial muito grande, mas o Funbio é apenas o gestor dos recursos e não tem voto, isto é decisão dos doadores. Roberto Cavalcanti contrapõe que não basta a declaração de que é arriscado, que deve haver um posicionamento com processo e análise. Serginho lembra que tudo está registrado e que há histórico. Roger esclarece que esta discussão já foi feita há tempos atrás e que o Subcomitê Financeiro levou em consideração os riscos cambiais e por isso mesmo para mitigá-lo, decidiu pela alocação do recurso no Brasil nos primeiros 4 anos. Adriana afirma que nada impede que nas próximas alocações, essas orientações e definições sejam revistas. Todos concordam. O Presidente explica que há três pontos importantes neste assunto: primeiro, a política de investimentos pode ser mudada, e em segundo lugar, todos assinam a política de investimentos tomando conhecimento dela, e se for necessária maior formalização, o faremos. A terceira questão mais importante é a da disciplina. O Funbio tem que estar muito seguro de que os gestores contratados estão seguindo as regras. Rosa lembra que quando mudam os interlocutores governamentais e doadores é costume responsabilizar o Funbio pelos resultados eventualmente negativos. O Presidente afirma que quando mudarem os interlocutores devemos apresentar novamente a Política de Investimentos para eles. Rosa quer deixar claro que o investimento era conservador e deixou de ser. Roger lembra que a política de investimento foi definida pelo CFT. Entende que dizer que esta alocação tem mais risco do que outro é uma opinião e não concorda com esta opinião. Entende que em 25 anos há muito menos risco se investido em renda variável do que ficar 100% em renda fixa, pois neste caso, em 25 anos é seguro que não haverá recursos para o Programa no final. Paulo Sodré concorda com Roger e questiona o que é investimento conservador. Se considerando que no investimento em renda fixa é certo que não haverá recursos em 25 anos, e se investindo um percentual em renda variável haverá recursos ao final deste período, então assim o investimento não deixou de ser conservador. Sergio Collaço lembra que o Funbio não pode ser responsabilizado na Fase 3 do ARPA já que a instância decisória contida no MOP é dos doadores e do governo. Paulo Sodré afirma que o que mudou foi o tipo de mandato dado ao Funbio. Inclusive na política de investimento está admitido que pode haver perdas em alguns anos, mas no prazo do Fundo pode ser recuperado. Rosa só quer esclarecer a pressão sofrida desde sempre sobre o Funbio cada vez que o retorno é mais baixo que o CDI. Paulo Sodré ressalta que há uma mudança de política e que não deve haver mais escândalo quando houver um retorno inferior ao CDI. Roberto Cavalcanti afirma que é melhor que o Funbio informe a mudança de perfil da carteira e que tem incômodo com a palavra "alertar". Alertar a quem? Está no Governo, na casa do governo e depois dirá que alertou e ninguém fez nada. Rosa afirma que não quer que ocorra o inverso: o Funbio ser acusado de não ter alertado. Roger lembra que a previsão de prejuízos em alguns anos está na política. Chega-se à conclusão que deve ficar registrado que ocorreu uma mudança no perfil da carteira e que deve haver aumento de volatilidade com a nova política. Pragma apresenta simulação do mandato conferido pela política de investimentos.

Handwritten notes and signatures in blue ink at the bottom right of the page, including the number 4 and the initials MS.

DELIBERAÇÃO

Fica registrado que ocorreu mudança no perfil de investimentos das carteiras que compõe o Fundo de Transição com provável aumento de volatilidade, de acordo com a Política de Investimentos sugerida pelo Subcomitê Financeiro e aprovada pelo Comitê do Fundo de Transição.

III. Item 2 da pauta aprovada: Revisão da Política de Investimentos

O documento aprovado em 29 de outubro e assinado sofreu alguns ajustes pelo Subcomitê Financeiro, explica o Presidente. Nos próximos quatro anos, dos recursos no Brasil, 5% podem ser investidos em ativos denominados em outras moedas, podendo investir até 5% em um issuer. Deverá ser feita a divulgação dos resultados do investimento no site do Funbio e um novo gestor deve ser selecionado para os recursos externos. O Presidente explica que outras revisões pertinentes são referentes a adoção dos seguintes índices MSCI World Index Unhedge, IBRX100, Barclays Multiverse Index, Índice de Mercado Anbima, IPCA e US CPI. Sobre o Subcomitê de Investimentos, Paulo Sodré informa que Roger só virá até a reunião de abril-2015 e que o Hubert já saiu. Pede a confirmação do KfW sobre a indicação de Christian para integrá-lo e convida Vecita a substituir o Roger. Ela aceita. Meg informa que há pessoas especializadas na Moore que podem ser indicadas. Paulo solicita ao Carsten que indique as pessoas especialistas do KfW para sua participação. Assim que os novos nomes forem escolhidos, haverá uma conference call de apresentações e a nova política de investimentos será mais uma vez referendada. O Presidente então aborda o tema da Política de contratação do *Global Investment Manager*. Os critérios de seleção devem levar em consideração a política de investimentos e alguns critérios quanto à instituição. Rosa pergunta se haverá pré-qualificação, se será um processo de licitação aberto ou se será por carta convite. Roger entende que a licitação aberta não faz muito sentido que o Subcomitê Financeiro pode sugerir de 6 a 7 nomes e que o Funbio pode agregar nomes também. O processo de seleção deve analisar tanto os nomes das instituições quanto os nomes das equipes. Rosa explica que após a carta convite recebe os proponentes para apresentação presencial. Haverá então, a apresentação das propostas por escrito dos primeiros 3 e depois é aberta a proposta financeira. Pergunta se o CFT concorda. Os presentes informam que sim. Rosa pergunta se seria interessante a pré-qualificação. Carsten informa que o KfW opta pela pré-qualificação. Fica definido que o Funbio enviará os procedimentos do processo do KfW para a avaliação dos Subcomitê Financeiro para a definição do processo seletivo do asset manager internacional. O Presidente define que assim que o subcomitê consolidar a política de investimentos, o Funbio poderá iniciar o processo.

DELIBERAÇÃO

São aprovadas as propostas de ajustes do Subcomitê Financeiro à Política de Investimentos que deverá ser consolidada pelo referido Subcomitê.

Handwritten notes and signatures in purple ink, including "AC" and "MS".

| |
|--|
| DELIBERAÇÃO |
| O Funbio enviará os procedimentos do processo do KfW para a avaliação dos Subcomitê Financeiro para a definição do processo seletivo do <i>Global Investment Manager</i> . |
| DELIBERAÇÃO |
| Assim que consolidada a Política de Investimentos pelo Subcomitê Financeiro, o Funbio iniciará o processo de seleção do <i>Global Investment Manager</i> . |

IV. Item 4 da pauta aprovada: Atualização sobre financiamento do GEF

Adriana Moreira afirma que o Arpa é um programa de grande repercussão e que vários países querem ter um programa Arpa. É o único programa, ou o primeiro programa que o GEF irá apoiar pela terceira vez. A 3ª doação GEF ao Programa Arpa será feita com recursos da alocação GEF. Preparamos um PIF com os compromissos do governo brasileiro do Arpa Para a Vida. É preciso ampliar a proposta para incluir o levantamento adicional de fundos, que é fora da alocação do país: SFM (Sustainable Forest Management). Estamos passando por uma fase de reformulação do PIF. Como isso, é uma janela nova dentro do próprio GEF pois há o interesse de uma conversa maior entre os países para reestruturar as propostas. A ideia é alavancar mais uns 15 milhões de dólares. Mas, vale ressaltar que a questão ultrapassa as áreas protegidas e inclui a paisagem da Amazônia como um todo. Haveria então um componente do Arpa para a Vida além dos US\$ 30 milhões. A nova alavancagem de recursos seria para fortalecimento de arranjos produtivos locais, de políticas públicas que valorizem a floresta em pé e outras atividades fora das áreas protegidas. Estamos defasados na execução dos recursos GEF no Arpa Fase II. Já há estratégia para acelerar a execução, que foi discutida na missão de avaliação mas será preciso estender o tempo do projeto. Isso deixa espaço para continuidade sequencial no término da nossa operação atual, em junho do próximo ano para usar os recursos que estão no banco e preparar a proposta de projeto e um novo contrato para o segundo semestre de 2016. Sergio Collaço afirma que a atividade de intercâmbio com outros países está sendo negociada. Para não ter subutilização da cota de SFM do Brasil, o MMA está em contato com o MRE e os 2 países interessados: Colômbia e Peru para chegarem juntos ao GEF. O MRE sugeriu a comunicação com o Equador também. Antes de poder fazer um novo contrato com recursos GEF para o Arpa é preciso gastar os 60% dos recursos do GEF que restam ainda para Fase II. Sergio Collaço informa que os marcos referenciais estão avançando bem dentro do previsto. Adriana informa que ainda temos não desembolsados da segunda doação 9,6 milhões de dólares, o que equivale a 25 milhões de reais.

V. Item 5 da pauta aprovada: Resultados da Missão de Avaliação Arpa II

Adriana Moreira informa que foi feita missão de avaliação recentemente. Foi realmente uma missão maior, na qual estivemos no campo. A missão começou no dia 27 de janeiro, na reserva extrativista de Cazumbá-Iracema. Foi importantíssimo para ver as dificuldades e para constatar in loco a importância do programa para as 360 famílias que existem na área. Houve a contratação de

uma avaliação externa. Discutimos durante a missão, os resultados desta avaliação e estamos fazendo uma análise dos indicadores, os *tracking tools* utilizados para o monitoramento e encerrar esta segunda fase para entrar na terceira. Estamos com a ajuda memória da missão que pretendemos assinar aqui hoje, resumindo alguns pontos importantes que necessitam de melhorias. É preciso atingir as metas de consolidação e na parte fiduciária alguns ajustes – novas opções no uso do recurso associado, melhoria da eficiência dentro do Funbio quanto aos procedimentos do banco, redução da conta vinculada e contratos regionais demandarão alteração nos manuais. Rogério Cabral, consultor do Banco Mundial, apresenta a sua avaliação externa pautada em 3 dimensões: estratégia, eficácia e eficiência. Quanto à eficácia do projeto (o quanto alcança dos objetivos), Rogério apresenta que o Programa tem desempenho satisfatório mas os objetivos não serão atingidos no prazo estabelecido. Em relação à estratégia, a financeira foi modernizada, mas a estratégia de conservação está a mesma desde o início do Programa. Deve ser também revisada. Interação entre os componentes de criação e conservação e os marcos referenciais para a consolidação devem ser repensados. Para revisar a estratégia de conservação deve-se levar em consideração as causas subjacentes que levam à perda de biodiversidade. O conceito de consolidação de UC na Amazônia também merece reflexão, pois este conceito atual não promoverá conservação em 25 anos. Não houve avanços no subcomponente 2.2 – Consolidação e Gestão de UC - modalidades de gestão. O CFT deve se aproximar do componente 3.2 – Sustentabilidade Financeira - para entender as alternativas que têm sido feitas juntos aos Estados. O monitoramento da biodiversidade em si ainda não fornece dados ao programa para que ele possa fornecer informações para a melhor conservação. O subcomponente 4.4 – Monitoramento Ambiental e Social é importante para a tomada de decisões deve ser investido tempo nisso. A internalização do programa apresentou avanços com maior apropriação do governo federal pelo Programa na Fase II. Já nos Estados isto não é homogêneo. Relação mais clara do CP com o CFT não está presente nos manuais. Em relação à eficiência, o Programa não apresenta avanço na curva de aprendizado na segunda fase referente à eficiência da alocação dos recursos. Como suprir a Amazônia com eficiência? Este aprendizado ainda é necessário e ainda é essencial. Apenas os subcomponentes 1.1 (Criação de UCs), 4.2 e 4.3 (Monitoramento, Coordenação, Gerenciamento e Comunicação do Programa) apresentaram execução financeira condizente com o andamento do Programa, embora não necessariamente atingiram as metas estabelecidas. A ausência dos estados no processo de negociação do Arpa para a Vida exigirá um grande esforço de alinhamento institucional para a Fase III. A execução por conta vinculada tem sido muito alta em relação à execução pelo Funbio. Isto preocupa e estão sendo estudadas possibilidades de contratos regionais e cartões combustível, mas estes instrumentos não atenderão a todas as regiões. Política de gestão de pessoas pelo governo é necessária para a retenção de gestores nas distantes UCs. O site do Programa foi um bom avanço de comunicação, mas a estratégia de comunicação deve ser ampliada. Dificuldades em incorporar as lições aprendidas com os êxitos e insucessos das etapas anteriores. É necessária a gestão de conhecimento num programa como o Arpa, onde ocorre troca de pessoas recorrentemente. Roberto Cavalcanti agradece ao Banco Mundial e identifica a necessidade de transformar o

Arpa
RES
DC
7
MS
11/16/10

diagnóstico em Plano de Ação. Pede que seja apontado ao governo quais das medidas recomendadas são mais urgentes.

VI. Item 6 da pauta aprovada: Atualização sobre execução do primeiro desembolso

Rosa Lemos apresentou uma linha do tempo da execução financeira. Mostrou que em julho de 2014 houve a aprovação de desembolso de oito milhões e novecentos mil reais para 07 UCs. Em agosto e setembro, foram realizados ajustes nos sistemas de controle do Funbio (cérebro e RM), em outubro de 2014 elaboração e aprovação dos Planos Operacionais (POs) - tetos das UCs e em novembro iniciou-se a execução dos recursos aprovados. Até 31 de janeiro de 2014 foram desembolsados R\$116.500,00 (cento e dezesseis mil quinhentos reais e empenhados R\$918.738,38 (novecentos e dezoito mil e setecentos e trinta e oito reais), totalizando uma execução de R\$1.035.238,00 (um milhão trinta e cinco mil e duzentos e trinta e oito reais). Rosa apresenta tabelas dos gastos incorridos por marco referencial e UC e alocação dos recursos por UC. Dos recursos da fase 2, 54% foram executados e ainda restam 46% para executar. Sendo que foram executados 93% dos recursos do BNDES, 47% do KfW e 36% do GEF. Rosa lembra que estes valores não englobam o FT e sim fazem parte da Fase II do Programa.

VII. Item 7 da pauta aprovada: Fundraising (Empresas e BNDES)

Rosa apresenta o status da negociação com as empresas. Informa que fará reunião com a SUEZ em fevereiro. Eles ainda não tinham definido de onde sairia o recurso, da área de sustentabilidade ou de patrocínio. Natura informou ao MMA que no momento não farão outra doação e a Fundação Boticário, a quem foram solicitados 2,5 milhões de dólares está ainda avaliando. A Coca-Cola não deu retorno. Sergio Collaço informa que a Ministra está cobrando dele a iniciativa da capacitação em fundraising. Quanto ao BNDES, Sergio Collaço informa que o projeto continua no pipeline no BNDES. Prevê que as negociações devem se resolver nos próximos 2 meses para que se celebre o contrato até o final do ano. Os recursos do BNDES deverão ser gastos até 2018 com período de graça até 2020. Quanto aos recursos a serem aportados pelo KfW ao FT Carsten informa que o KfW aportará trinta e um milhões e setecentos mil euros no FT, além dos 20 Milhões de euros que já foram doados para o FAP. O fechamento do acordo é esperado para agosto quando haverá um encontro dos chefes de estado.

O Presidente dá as boas vindas à Anglo American e informa que o Arthur, representante da Anglo, já assinou o termo de compromisso e que está em viagem por isso não está aqui, e o Gustavo Fonseca do GEF, também já concordou e mandou a documentação e estará na próxima reunião. Roger lembra que com a saída dele e a entrada do GEF no assento que era destinado ao BNDES, haverá ainda um assento disponível para outro Membro Doador. O presidente sugere deixar o assento livre.

[Handwritten notes and signatures]
KfW
GEF
AC 8
MS
1/4/16

VIII. Item 8 da pauta aprovada: Atualização sobre Estados (Fundos de Compensação Ambiental e ARPA Fase III)

Rosa informa que o novo Secretário do Ambiente de Rondônia, Cel. Wilson, da Polícia Florestal, ligou para o Funbio solicitando a retomada do processo da modelagem de mecanismo para a execução de recursos de compensação ambiental e solicitou que o Funbio faça a execução. O Estado tem 30 milhões de reais (Jirau e Santo Antônio). Amazonas: a secretária de meio ambiente Camila, continua e com isso, as chances de implementação são grandes e o trabalho continua. Amapá – Novo Secretário Marcelo Creão. Ainda não conversamos com ele. Trabalho em andamento. Pará – Secretário novo Luis Fernandes Rocha. O governo do Estado promulgou lei que determina a internalização dos recursos em fundo estadual ambiental ou execução direta pelo empreendedor assumindo os custos da operação. O novo diretor de áreas protegidas está tentando viabilizar que o empreendedor execute diretamente. Talvez o Funbio possa ser intermediário. Há mais de 600 milhões de reais já mapeados.

IX. Item 9 da pauta aprovada: Atualização sobre Condições de Desembolso

Thiago Barros informa que foi realizada oficina com WWF em novembro com participantes dos estados. O ICMBio já está bastante apropriado da execução da Fase III. Os Estados estão se preparando. O MMA está desenvolvendo agenda de trabalho conjunta em termos de monitoramento: como aprimorar seus protocolos e acessar essas informações e como essas informações podem ser utilizadas para melhorar a execução do programa, tomada de decisões e correção de rumos. Os Pontos Focais estão trabalhando em estratégias para implementar os aportes das contrapartidas estatais para que, além de compensação ambiental haja um esforço orçamentário. O ICMBio já tem as ferramentas para identificar e rastrear os gastos orçamentários dentro do programa Arpa e o MMA está tentando levar este conhecimento para os Estados. Em relação ao vínculo dos profissionais para a criação de memória institucional, a ideia é fomentar a realização de concursos públicos tanto federal quanto estaduais.

Revisão do modelo financeiro: Reunião em Brasília com Funbio e Gestores ocorreu em 21/01/2015. Os modelos já estão devidamente alterados e poderá haver melhor monitoramento da execução, incluídos os seguintes dados no modelo: os recursos programados que ainda serão gastos para Fase II e os dados estaduais de contrapartida atualizados.

Em 22/01/2015 foi realizada a primeira reunião do Comitê do Programa da fase III que teve como resultados a aprovação de duas chamadas públicas e o apoio para processos de criação com recursos ainda da fase II e outra chamada para a possibilidade de adesão de novas Unidades de Conservação na fase III, no sentido de atingir os 60 milhões de hectares com diferentes categorias de Unidades. Também foi definido incluir mais o Painel Científico de Aconselhamento para analisar

Handwritten notes and signatures:
Luis
Wilson
Camila
Marcelo
Luis
Rosa
Thiago

as propostas que forem enviadas pelos órgãos estaduais e federais. Esta chamada deverá ser lançada em fevereiro. Há uma demanda por parte da Comissão de Gestores do programa que apontou a necessidade de revisão dos valores das diárias. Foi decidida a equiparação dos valores das diárias de campo (R\$ 90,00) e cidade (R\$ 150,00), ao menor valor pago pelo Governo Federal (R\$ 177,00).

Condições de desembolso

Quadro apresentado por Thiago Barros

| | Condições de desembolsos | Prazo (insumo/relatoria) | Situação | Observações |
|---|---|--|--------------------|---|
| 1 | MOP do ARPA alinhado com o objetivo do Fundo de Transição | Constante /setembro de 2015 | em desenvolvimento | Procedimentos desenhados em alinhamento com o MOP do ARPA |
| 2 | Inexistência de perda líquida de UCs | Constante /setembro de 2015 | em desenvolvimento | Atualmente há incremento líquido positivo em termos de hectares no Programa |
| 3 | Relatórios Financeiros por UC | 1º quadrimestre de 2016/setembro de 2016 | a desenvolver | OGs Estaduais não possuem dados sistematizados, especialmente no nível de MR |
| 4 | Apresentação dos planos de Consolidação | Junho de 2015/setembro de 2015 | em desenvolvimento | Atualizar informação do ICMBio e orientar OEMAS |
| 5 | Requerimento por parte do MMA de recursos adicionais para complementar o FT | Constante /setembro de 2015 | em desenvolvimento | Doações do governo da Alemanha e do GEF foram requeridas além de doações adicionais. Previsão dos recursos aprovados em 2015 |
| 6 | Aumento de execução orçamentária do ICMBio | 1º quadrimestre de 2015/setembro de 2015 | em desenvolvimento | ICMBio trabalha na organização das informações da contrapartida de 2014 |
| 7 | Implementação do monitoramento da biodiversidade | Constante /setembro de 2015 | em desenvolvimento | 25 unidades implementando os protocolos de monitoramento. Os estados devem elaborar o plano de estabelecimento do protocolo em 2015 |
| 8 | Criação de novas UC (conforme planejamento) | Constante /setembro de 2015 | em desenvolvimento | Criada ESEC Alto Maués (668.170 ha); lançamento de chamada para novos apoios (Fase II); 5,4Mha recebidos no Terra Legal |

| | | | | |
|----|--|--|--------------------|---|
| 9 | Aumento de recursos financeiros não -salariais | 1º quadrimestre de 2015 (ICMBio) e 2016 (estados)/setembro de 2015 | a desenvolver | Os representantes do CFT e do CP devem elaborar uma rotina de visitas aos representantes dos estados de modo a engaja-los nos compromissos desta Fase III do Programa |
| 10 | Performance de consolidação | junho de 2015/setembro de 2015 | em desenvolvimento | Atualizar informação do ICMBio e orientar OEMAS |
| 11 | Número de funcionários | Junho de 2015/setembro de 2015 | em desenvolvimento | Aplicação da FAUC e atualização dos Planos de Consolidação. Demanda engajamento dos OGs |

Principais pontos ressaltados pelo Thiago:

Relatórios financeiros - Os órgãos estaduais não possuem os dados sistematizados especialmente em termos de marcos referenciais.

Implementação do monitoramento de biodiversidade - os estados devem elaborar o plano de estabelecimento do protocolo de monitoramento mínimo em 2015. O ICMBio tem 25 Unidades que estarão implementando o plano de monitoramento mínimo até o final de 2015. Protocolo mínimo está amadurecido o suficiente para ser expandido para o resto do grupo.

Aumento de recursos financeiros não-salariais – os representantes do CFT e do CP devem elaborar uma rotina de visitas aos representantes dos Estados de modo a engajá-los nos compromissos da Fase III do Arpa. O ICMBio terá que reportar isso relativamente ao 1º quadrimestre de 2015.

Número de Funcionários – aplicação da FAUC e atualização dos planos de consolidação. Demanda que precisa do engajamento da unidade de coordenação e dos órgãos gestores.

X. Item 10 da pauta aprovada: Alterações do Regimento Interno – (destaques) e cronograma para adequações do MOP

Paulo Sodré esclareceu que quando foi aprovado o RI na reunião passada foi solicitado que um advogado que não tivesse trabalhado no documento o revisasse, o que foi feito pelo o advogado do WWF, Fernando Caminati.

A revisão foi feita e o RI foi aprovado pela unanimidade dos presentes e é assinado nesta data pelo Presidente e Vice Presidente do CFT. O novo texto do RI deve ser consolidado no MOP e distribuído junto com a nova política de investimentos como anexo.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "AA", "GA", "AC", "RIS", "MS", and "11/16/16".

XI. Item 11 da pauta aprovada: Encerramento e confirmação das datas das próximas reuniões do CFT

A próxima reunião no dia 16/04/2015: proposta de acontecer em Manaus, reunião conjunta do CFT com o CP. Momento interessante para mobilizar o maior Estado do Programa e aproveitar para uma visita de campo a uma UC. Proposta inicial é dia 14 para reunião do CP, dia 15 para uma reunião conjunta CP e CFT e dia 16 para reunião do CFT e visita de campo. As datas serão confirmadas posteriormente por doodle enviado pelo MMA.

Em 21/07/2015- reunião CFT no Rio de Janeiro

Em 29/10/2015 - a definir local oportunamente

Comentários finais: O Presidente volta ao assunto do gestor de ativos e ressalta que os doadores ficaram satisfeitos com a apresentação da Pragma.

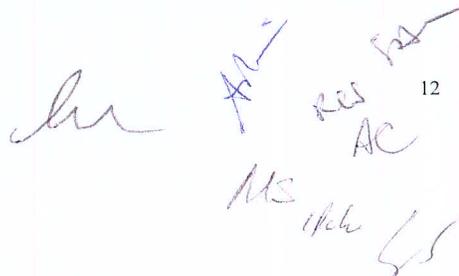
O CFT decide, pendente à confirmação do posicionamento do KfW, que a Pragma se mantém por mais 5 anos na gestão do FT relativo aos recursos internalizados no Brasil. Paulo mencionou ainda sobre a preocupação do presidente do WWF quanto a alocação do alto percentual de renda variável na política atual com possíveis oscilações no futuro. Essa discussão será levada ao novo subcomitê de finanças.

Sergio Collaço relata que com a manutenção da Ministra e os entendimentos internos do MMA de início do ano, entende-se que estratégia de comunicação do Arpa é ativa, embora deva melhorar a comunicação interna, pois ainda falta chegar ao nível ótimo. Para o Arpa, a demanda da ministra é específica: no começo do ano prepararam one page para a presidência da república. O Programa foi discutido com ela e no dia 05/06/2015, a Presidenta anunciará o início da terceira fase do Programa, a criação de 5 milhões de ha e a assinatura do decreto.

Haverá disputas entre as 5 categorias de UCS e as Florestas Nacionais para os 5,5 milhões de ha. Será uma dura missão para o MMA e especialmente para o Instituto Chico Mendes. Será aberto Edital de apoio à criação de unidades. Em agosto, na visita da chanceler Merkel pretende-se a assinatura do contrato de colaboração financeira do KfW.

Como avaliação final, o presidente do CFT demonstrou preocupação com os resultados da Fase II onde não foram alcançadas nenhuma das metas de consolidação, ficando muito abaixo do satisfatório. Destacou ainda a baixa execução dos recursos financeiros durante a Fase II. Questionou aos demais membros como o CFT poderia focar mais nos impactos e resultados. Avecita levantou que o foco atual encontra-se no processo. Adriana finalizou dizendo que não tem dúvida dos impactos positivos do ARPA. A questão é como mostrá-los e como ultrapassar as dificuldades. Temos que melhorar os indicadores de impacto.

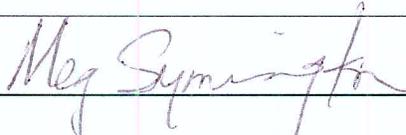
Nada mais havendo a tratar o Presidente agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a reunião. Lavrada esta ata, lida e achada conforme, assinam-na o Presidente e os membros



presentes, bem como a secretária e os demais integrantes da Secretaria Executiva do CFT presentes à reunião.

Brasília, 10 de fevereiro de 2015.

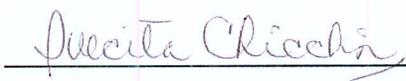
Roger Ullman (LTC)



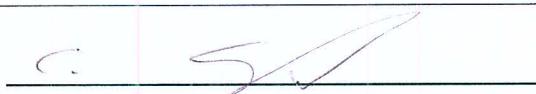
Meg Symington (WWF/US)



Antonio Paulo Sodré (WWF/Brasil)



Avecita Chicchón (Moore Foundation)



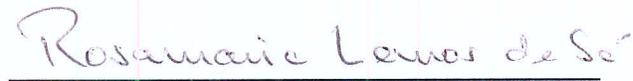
Carsten Sandhop (KfW)

Christian Looze, hoes (KfW)



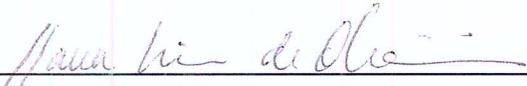
Sergio H. Collaço de Carvalho (MMA/Brasil)

Secretaria Executiva do CFT:



Rosa Maria Lemos de Sá

Secretaria Geral do Funbio



Ilana Nina de Oliveira
Gerente do Programa Arpa no Funbio



Clarissa Pimenta
Assistente da gerência do Programa Arpa no Funbio

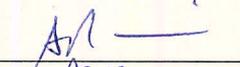
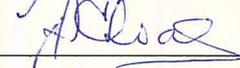
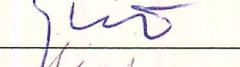
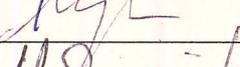
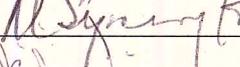
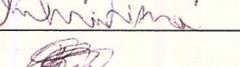
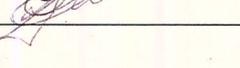
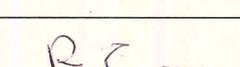
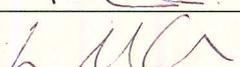
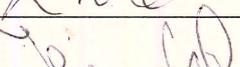
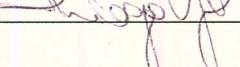
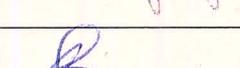
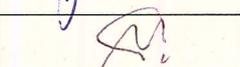
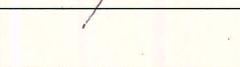
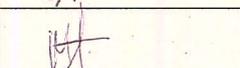
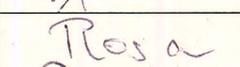
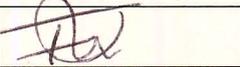
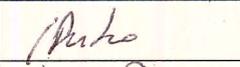
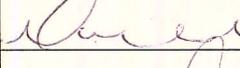
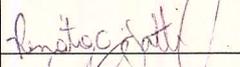
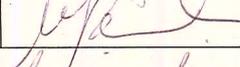


Manuela Mossé Muanis
Consultora para o Fundo de Transição



Flávia Neviani (Secretaria da Reunião)
Gerente da Assessoria Jurídica do Funbio

Reunião do Comitê do Fundo de Transição - 10/02/2015

| LISTA DE PRESENÇA – REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DO FUNDO DE TRANSIÇÃO | | | | |
|--|-------------------------------------|------------------------------------|-----------------------------------|---|
| Nº | Nome | Instituição | Contato | Assinatura |
| 1 | Antonio Paulo de A. Sodré | WWF-BR | apasodre@gmail.com |  |
| 2 | Avecita Chicchon | Fundação Moore | avecita.chicchon@moore.org |  |
| 3 | Carsten Sandhop | KfW | Carsten.sanhop@kfw.de |  |
| 4 | Roger Ullman | Linden Trust | rullman@lindentrust.org |  |
| 5 | Meg Symington | WWF-US | meg.symington@wwfus.org |  |
| 6 | Silvio Lima | Anglo American | silvio.lima@angloamerican.com |  |
| 7 | Duval Guimarães | Anglo American | duval.guimaraes@angloamerican.com |  |
| 8 | Francisco Gaetani | Secretário SECEX/ MMA | francisco.gaetani@mma.gov.br |  |
| 9 | Roberto Cavalcanti | Secretário SBF/ MMA | roberto.cavalcanti@mma.gov.br |  |
| 10 | Sergio Henrique Collaço de Carvalho | Diretor DAP/MMA | sergio.carvalho@mma.gov.br |  |
| 11 | Thiago Barros | Coordenador ARPA/ MMA | thiago.barros@mma.gov.br |  |
| 12 | Lilian Hangae | Consultor Intrínseco/ ICMBio-DIMAN | lilian.hangae@icmbio.gov.br |  |
| 13 | Antonio Sena | ICMBio/DIMAN | Antonio.sena@icmbio.gov.br |  |
| 14 | Adriana Moreira | Banco Mundial | amoreira@worldbank.org |  |
| 15 | Rogério Cabral | Consultor | cabral.rogerio@gmail.com |  |
| 16 | Fernando Caminati | Jurídico/WWF | fernandocaminati@wwf.org.br |  |
| 17 | Luiz Felipe Andrade | Pragma Gestão de Patrimônio | |  |
| 18 | Marta Zaidan | Pragma Gestão de Patrimônio | |  |
| 19 | Rosa Lemos | Secretária Geral/Funbio | rosa.lemos@funbio.org.br |  |
| 20 | Flavia Neviani | Jurídico/Funbio | flavia.neviani@funbio.org.br |  |
| 21 | Ilana Nina | Gerencia ARPA/Funbio | ilana.nina@funbio.org.br |  |
| 22 | Clarissa Pimenta | Apoio ARPA/Funbio | clarissa.pimenta@funbio.org.br |  |
| 23 | Manuela Muanis | Consultora/Funbio | mmuanis@gmail.com |  |
| 24 | Renata Gatti | Equipe técnica ARPA/MMA | renata.gatti@mma.gov.br |  |

Manoel Lima - WWF-BR
 Manoel Lima DAP/ SBF/MMA manoel.lima@mma.gov.br
 Francisco Gaetani SECEX/MMA francisco.gaetani@mma.gov.br